



Câmara Municipal de Domingos Martins

Protocolizado sob nº 1426

Em 10 / 11 / 2006

Engedil S. Borges
Serviço: Matrícula

Câmara Municipal de Domingos Martins
Estado do Espírito Santo

PROJETO DE LEI Nº 79/2006

Autoriza o Poder Executivo a criar o Programa denominado "domicílio Social" e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE DOMINGOS MARTINS, ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, no uso de suas atribuições legais, Aprova:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa "Domicílio Social" destinado a fornecer condições de moradia a pessoas de baixa renda.

Art. 2º O Programa "Domicílio Social" deverá contemplar com a concessão de uso, de natureza intransferível, através de Contrato de Comodato, imóveis de propriedade do município.

§1º A concessão de uso deverá contemplar pessoas carentes com as seguintes características: que tenham renda própria não superior a 1 salário mínimo e meio e que não possuam casa própria.

§2º Não serão inseridos no objeto deste programa, terrenos sem edificações.

§3º O prazo do contrato de comodato será anual, devendo ser renovado a cada final de período, com o mesmo comodatário, caso não seja constatado nenhum problema verificado no decorrer do contrato.

§4º No caso de falecimento do comodatário, o imóvel retornará imediatamente para a posse do Município, sendo contemplado um novo beneficiário que esteja dentro da lista de espera e das qualificações exigidas pelo Programa.

Art. 3º Para o início do funcionamento do Programa "Domicílio Social" a Prefeitura deverá abrir cadastramento para os interessados que tenham o referido perfil, com o permanente acompanhamento do Serviço Social da instituição, que deverá fazer a triagem e as conferências devidas para avaliar a veracidade dos dados declarados, elaborando uma lista de pré-qualificação.

Art. 4º Deverá ser cobrado do comodatário, anualmente, uma taxa de renovação de contrato no valor de 1/3(um terço) do salário mínimo vigente, a título de despesas administrativas.

§1º O comodatário, no ato de assinatura do contrato, deverá comprometer-se a apresentar mensalmente o pagamento das taxas relativas ao imóvel.

§2º Constituirá em causa de não renovação de contrato de comodato, o imóvel que estiver inadimplente com as taxas, devendo o comodatário apresentar certidão de quitação toda vez que for renovar o contrato de comodato.

Avenida Kurt Lewin, nº 60 - Centro - Domingos Martins - ES - CEP: 29260-000
Caixa Postal 47 - Telefax: (27) 3268-1123 / 3268-1158 / 3268-2396
cmdmartins@camaradomingosmartins.es.gov.br



Câmara Municipal de Domingos Martins
Estado do Espírito Santo

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará a presente lei, prevendo, atendendo e resolvendo os casos omissos.

Art. 6º Esta lei entra em vigor após decorridos dois dias da data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2006.

Justificação

O segmento carente é, quantitativamente, um dos que mais crescem no mundo. Inúmeras pessoas que hoje estão inseridas nesse segmento, são aposentados de baixa renda e sem condições de trabalhar, para complementar uma renda mais digna. Várias delas vivem sozinhas e sem parentes, o que cria uma situação ainda pior porque não possuem entes familiares com os quais possam residir ou ter assistência de qualquer ordem.

O Município, dentro da sua função social, de acolher e dar assistência aos cidadãos, tem como dever criar políticas que contemplem o atendimento às demandas mais básicas dos cidadãos locais. A moradia é uma das mais importantes demandas que precisam ser atendidas, haja vista que, quando a pessoa não tem um teto para residir, ficam comprometidas praticamente todas as demais atividades do seu dia-a-dia. Esta se constitui numa necessidade básica do ser humano.

O Município, ao implantar o presente Programa "Domicílio Social", estará dando atendimento a pessoas que são triplamente carentes, por serem de baixa renda, por não terem assistência familiar e sobretudo, por que não tem a segurança de um teto para morar. E por sua vez o município, algumas vezes possuem imóveis abandonados, ociosos e mal-utilizados.

Sala das Sessões, em 10 de novembro de 2006.

MANOEL DE OLIVEIRA BARCELOS JUNIOR
Vereador